

PAINT

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE
AUDITORIA INTERNA**

**JANEIRO
A DEZEMBRO**

2018



UFESB
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO SUL DA BAHIA

INSTITUCIONAL

Vice-Reitora no Exercício do Cargo de Reitor:

Prof.^a Joana Angélica Guimarães da Luz

Substituto eventual da Vice-Reitora:

Robson da Silva Magalhães

Substituto do Substituto da Vice-Reitora:

Prof.^a Daniel Piotto

Chefe de Gabinete:

Prof. Fernando Rêgo

Pró-Reitor de Gestão Acadêmica:

Prof.^a Janaína Zito Losada

Pró-Reitor de Planejamento e Administração:

Prof. Francisco José Gomes Mesquita

Pró-Reitor de Sustentabilidade e Integração Social:

Prof. Sandro Augusto Silva Ferreira

Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação:

Prof. Kennedy Morais Fernandes

Procurador:

Lucas Mateus Gonçalves Louzada

Chefe da Auditoria Interna:

Cleidinéia de Jesus Andrade

Auditor:

Mateus Cayres de Oliveira

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI – ÁREAS BÁSICAS DE INGRESSO

ABR – AUDITORIA BASEADA EM RISCOS

AGU – ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AUDIN – AUDITORIA INTERNA

BI - BACHARELADO INTERDISCIPLINAR

CGU – CONTOLADORIA GERAL DA UNIÃO

CGU-PAD - SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES

CONSUNI - CONSELHO UNIVERSITÁRIO

COSO – GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

DGP – DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DINFRA – DIRETORIA DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

DIRAD – DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DIRPLAN – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

FONAITec – FÓRUM TÉCNICO DAS AUDITORIAS INTERNAS DO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

IES – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA

ISO – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO

LI – LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MR – MATRIZ DE RISCOS

PAINT- PLANO ANUAL DE ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA

PDI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PNAES – PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

PROPA – PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PROGEAC – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ACADÊMICA

PROTIC – PRÓ-REITORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PROSIS – PRÓ-REITORIA DE SUSTENTABILIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL
QACI – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS
RAINT-RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA
SCDP – SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS
SFC - SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE
SIAFI – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SIAPE – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
SIASG – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
SIMEC – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE
SWOT - STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES, THREATS
TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
UASG – UNIDADE ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS GERAIS
UFABC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
UFSB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
UG – UNIDADE GESTORA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A INSTITUIÇÃO.....	7
2.1 Estrutura da Administração Superior da UFSB.....	8
2.2 Organograma da Administração Central.....	9
3. AUDITORIA INTERNA DA UFSB.....	10
3.1 Missão.....	10
3.2 Visão.....	10
3.3 Valores.....	11
3.4 Composição da Auditoria Interna da UFSB.....	12
3.5 Estrutura física.....	12
3.6 Ações de Capacitação e de Fortalecimento da AUDIN.....	13
4. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT.....	13
5. ELABORAÇÃO DO PAINT.....	14
5.1 Tipos de Auditorias utilizados durante a execução das atividades.....	15
5.2 Definição das Atividades.....	16
6. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES, METODOLOGIA E AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.....	16
6.1 Elaboração do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) 2017.....	16
6.2 Auditoria Baseada em Riscos (ABR).....	17
6.2.1 Mapeamento das Atividades e dos Riscos e Avaliação dos Controles.....	17
6.2.2 Metodologia.....	20
6.2.2.1 Questionário de Avaliação dos Controles Internos – QACI, hierarquização e priorização das atividades.....	20
6.2.2.2 Mapeamento dos processos.....	21
6.2.2.3 Identificação dos Controles Internos e dos Riscos.....	21
6.2.2.4 Emissão de Recomendações e Matriz de Riscos (MR).....	22
6.3 Elaboração do PAINT 2019.....	22
6.4 Auditoria em programas de apoio à permanência advindos do PNAES.....	23
6.5 Auditoria em Licitações e Contratos.....	24
6.6 Capacitação da Equipe.....	24
6.7 Ação não planejada/Auditoria Especial.....	24
6.8 Reserva Técnica.....	25
6.9 Normativas e Controles Internos da Unidade de Auditoria Interna.....	25
6.10 Rotinas Administrativas da AUDIN.....	26
7. CONCLUSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS ESPERADOS.....	27
ANEXO I – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS – PAINT 2018.....	28

ANEXO II – AÇÕES DE CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA AUDITORIA INTERNA PARA 2018.....	30
ANEXO III – PLANEJAMENTO DE HORAS A SEREM TRABALHADAS EM 2018.....	31
ANEXO IV – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS – QACI	32

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna (AUDIN) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), de acordo com a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, que “dispõe sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências”, apresenta o PAINT que contempla o planejamento das ações da Auditoria para o exercício de 2018.

O PAINT 2018 tem por finalidade definir temas e macroprocessos a serem trabalhados no exercício, por meio de procedimentos com enfoque técnico, objetivo, ordenado, sistemático e disciplinado. Este instrumento aborda ações que a AUDIN considera relevantes para o fortalecimento da gestão da UFSB.

2. A INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), com campus e Reitoria em Itabuna, Campus Jorge Amado (CJA), e campi em Teixeira de Freitas, Campus Paulo Freire (CPF), e Porto Seguro, Campus Sosígenes Costa (CSC), instituída pela Lei 12.818 de 05 de junho de 2013, possui estratégia inovadora de integração social na educação superior, com um projeto acadêmico orientado pela interdisciplinaridade e sustentabilidade, em diálogo com estruturas curriculares e práticas pedagógicas.

O eixo Pedagógico da UFSB funda-se nos seguintes aspectos:

- Arquitetura curricular organizada em Ciclos de Formação, com modularidade progressiva (oferecendo certificações independentes a cada ciclo);
- Regime letivo quadrimestral, permitindo flexibilidade para projetos acadêmicos e de formação profissional dos seus estudantes, docentes e técnicos, com otimização de equipamentos, instalações e recursos financeiros;
- Pluralismo pedagógico e uso intensivo de tecnologias digitais de ensino-aprendizagem.

A entrada geral e única na UFSB se dá pelo Primeiro Ciclo (duração mínima de 03 (três) anos), no Bacharelado Interdisciplinar (BI) ou por meio da Áreas Básicas de Ingresso (ABI) com posterior opção de conclusão para os BI ou LI.

Concluintes de BI e LI que desejarem ingressar no Segundo Ciclo, visando à formação em carreiras profissionais, serão avaliados com base no aproveitamento no Primeiro Ciclo. Os cursos de Segundo Ciclo compreendem a formação profissional ou acadêmica específica em nível de graduação.

O Terceiro Ciclo compreenderá Residência Profissional, programas de Mestrado e Doutorado Profissional, de oferta própria ou conveniada com as instituições parceiras. Serão articulados a programas de estágio ou treinamento em serviço, sob a forma de Residência, complementados com módulos de Metodologia da Pesquisa, com supervisão/orientação de trabalhos de conclusão de curso, abordando problemas concretos da prática da organização, instituição ou rede envolvidas.

A Residência Profissional destina-se à formação complementar especializada nas diferentes carreiras profissionais e respectivas opções, articulada organicamente ao Mestrado Profissional, podendo também servir como passagem direta ao Doutorado.

2.1 Estrutura da Administração Superior da UFSB

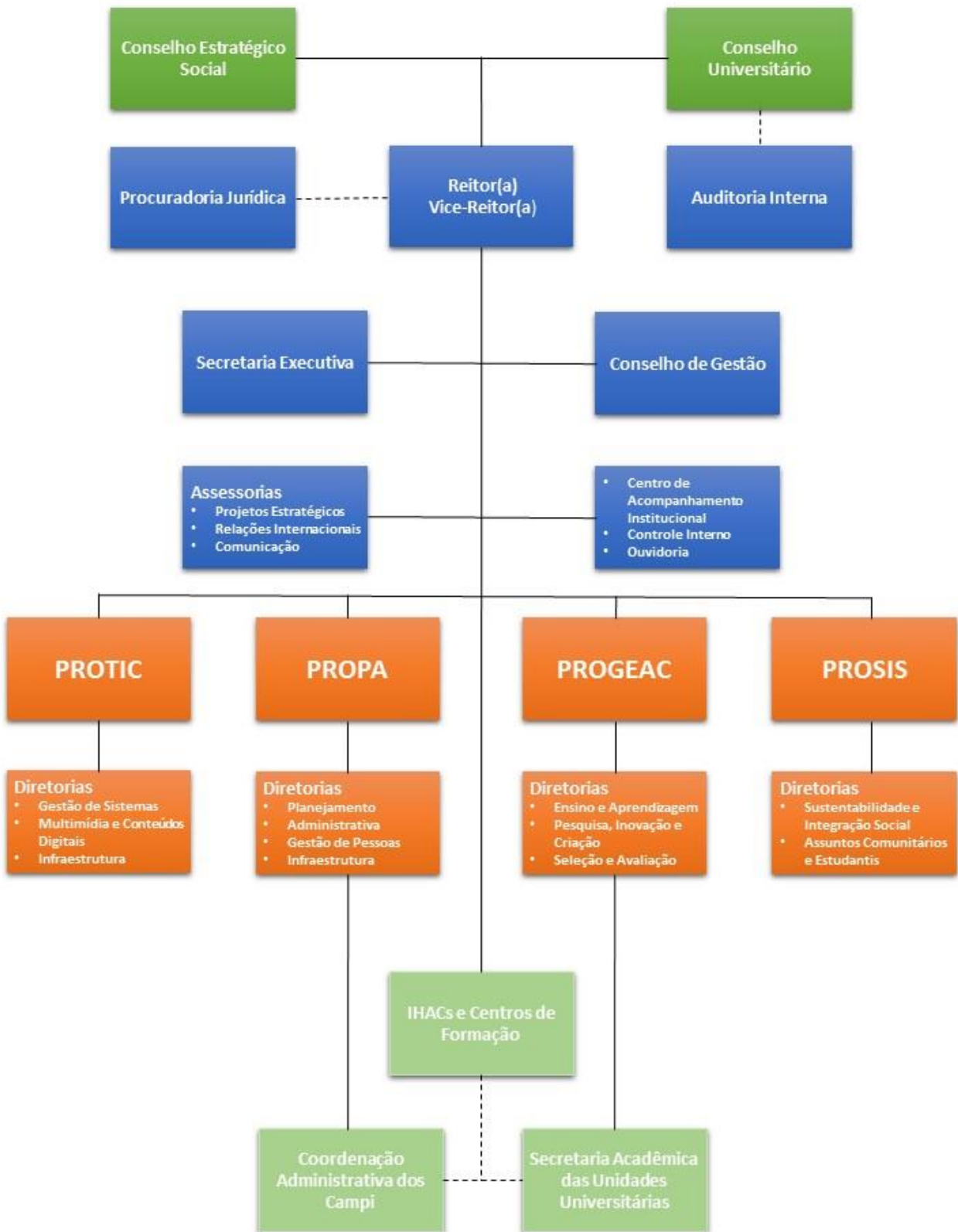
A estrutura de gestão da UFSB é fortemente pautada na utilização de tecnologias digitais, tendo como base uma estrutura administrativa enxuta e descentralizada, autonomizando os campi, sem, entretanto, perder a articulação de gestão com os diversos setores da Administração Central. Ou seja, tanto no plano acadêmico quanto administrativo, combinam-se, de modo orgânico, a descentralização da gestão de rotina com a centralização dos processos de regulação, avaliação e controle de qualidade.

Compõem a estrutura da Universidade (art. 13 e seguintes do Estatuto da UFSB):

- Conselhos Superiores (Conselho Universitário e Conselho Estratégico Social);
- Reitoria (Pró-Reitorias, Conselho de Gestão e Assessorias);
- Unidades Universitárias (Institutos de Humanidades, Artes e Ciências – IHAC – e Centros de Formação Profissional e Acadêmica – CF);
- Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (Rede CUNI);
- Órgãos Complementares (Rede de Centro de Idiomas, Núcleos de Recursos Tecnológicos, Sistema de Bibliotecas e Museus, Sistema de Difusão Cultural, Sistema de Qualidade e Segurança Ambiental).

2.2 Organograma da Administração Central.

ORGANOGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL



3. AUDITORIA INTERNA DA UFSB

A AUDIN é o órgão de controle independente, sediada na Reitoria, instituída pela Resolução nº 02/2017, vincula-se ao Conselho Universitário – CONSUNI, sendo vedado delegar a vinculação a outra autoridade, sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e às unidades que o integram, em conformidade com as disposições contidas no Decreto nº 3.591, de 06/09/2000 e suas alterações.

A atividade da AUDIN é independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da UFSB. Ela está situada na terceira linha de defesa da gestão pública e tem como objetivo auxiliar a instituição a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles.

A Unidade de Auditoria Interna tem como objetivo fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Essa Unidade deve atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Além disso, devem propor as ações corretivas necessárias, buscando sempre agregar valor à gestão. Devem, também, prestar assessoramento à alta administração da entidade.

3.1 Missão

Prover, de forma independente e objetiva, serviços de atestação, avaliação, consultoria, assessoria e aconselhamento baseados em riscos com o intuito de adicionar valor e melhorar as operações da Universidade, bem como de colaborar com os órgãos de controle no propósito de apreciar a eficiência, a eficácia e a avaliação da gestão de riscos, dos processos de governança e dos controles internos na aplicação dos recursos públicos desta instituição.

3.2 Visão

Notabilizar-se, no serviço público federal, pelos serviços prestados à Universidade e aos órgãos de controle, com o trabalho direcionado ao aperfeiçoamento dos processos e dos serviços da Auditoria Interna a fim de otimizar o controle interno como ferramenta de governança pública e gestão governamental.

3.3 Valores

O trabalho da AUDIN, conforme as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) 100 e em sintonia com o Estatuto da Universidade Federal do Sul da Bahia, pauta-se nos seguintes princípios:

Ética e independência – Princípios éticos e a imparcialidade devem nortear a atividade do auditor.

Julgamento, devido zelo e ceticismo profissionais – Os auditores devem manter comportamento técnico apropriado, aplicando ceticismo e julgamento profissionais e exercendo devido zelo ao longo de toda a auditoria.

Controle de qualidade – O trabalho do auditor deve ser orientado pelas normas profissionais de controle de qualidade.

Gerenciamento de equipes e habilidades – Os auditores devem ter acesso a ações de capacitação e devem manter-se atualizados com o intuito de zelar pela perícia necessário ao ofício.

Risco de auditoria – Os auditores devem gerenciar os riscos de fornecer um relatório que seja inadequado nas circunstâncias da auditoria.

Materialidade – Os auditores devem considerar a materialidade durante todo o processo de auditoria.

Documentação – Os auditores devem preparar documentação que seja suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas.

Comunicação – Os auditores devem estabelecer uma comunicação eficaz durante todo o processo de auditoria.

Eficiência – Os auditores se comprometem a exercer seu trabalho com eficiência e a cooperar com os demais setores da universidade em sua promoção.

Integração Social – Os auditores devem se empenhar, no exercício de suas competências, para contribuir com o objetivo institucional de defesa da equidade no acesso à educação e ao conhecimento.

Sustentabilidade – Os auditores devem atuar, no cumprimento de suas atividades, segundo práticas sustentáveis.

Compromisso com resultados – Os auditores devem se dedicar para consumir metas assumidas com os órgãos de controle interno e externo, clientes internos e comunidade acadêmica.

3.4 Composição da Auditoria Interna da UFSB

A Auditoria Interna da UFSB iniciou os trabalhos em 2017 com dois servidores, sendo uma servidora Chefe da Auditoria e um Auditor, ambos responsáveis pelas atividades de auditoria, monitoramento e implementação das recomendações ou determinações do TCU, CGU e das auditorias realizadas pela própria equipe da Auditoria Interna.

O quadro de servidores da AUDIN é composto pelos seguintes servidores:

SIAPE	NOME	CARGO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1154424	Cleidinéa de Jesus Andrade	Técnico em Contabilidade	Chefe da Auditoria	Graduação em Ciências Contábeis; Especialização em Gestão Tributária; Mestranda em Administração de Empresas.
2412546	Mateus Cayres de Oliveira	Auditor	Auditor	Graduação em Bacharelado em Direito, especializando em Gestão Pública.

A AUDIN não dispõe de recursos próprios.

3.5 Estrutura física

A AUDIN ocupa um espaço provisório na Reitoria, em Itabuna, equipado com imobilizado e materiais suficientes para o início de sua implantação. Ainda não dispõe de Sistema de Informação de Auditoria e nenhum outro sistema, contudo será solicitado à Diretoria de Tecnologia da Informação a implantação de um sistema de auditoria.

Para a execução dos trabalhos de auditoria, esta unidade solicitará o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação – SIMEC, SIAFI Gerencial, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, Sistema de Administração de Pessoal - SIAPEcad, Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, tendo já sido feita a solicitação de alguns destes e aguardamos a liberação do acesso.

3.6 Ações de Capacitação e de Fortalecimento da AUDIN

No que diz respeito as ações que visam a capacitação e o fortalecimento da Unidade de Auditoria, pretende-se viabilizar a participação dos servidores no Fórum Nacional dos Integrantes das Auditorias Internas - FONAITec, promovido pela Associação Nacional dos Integrantes da Auditoria Interna do MEC com apoio dos órgãos de controle interno, bem como a participação na Semana Orçamentária.

Em atendimento à necessidade de atualização constante dos servidores que atuam na Unidade de Auditoria Interna, prevê-se a participação em eventos e atividades de treinamento e/ou capacitação profissional presenciais e à distância, como os cursos ofertados pelo Programa de Desenvolvimento de Competências do Instituto Serzedello Correa do TCU, o Programa Capacita da CGU e na ENAP, conforme previsto no Anexo II.

Na definição das horas destinadas a capacitação foram discriminadas 440 horas no Plano de Atividades, com a possibilidade de participação da equipe em outros eventos e programas de capacitação na área de auditoria governamental ou que versem sobre temas relacionados aos objetos a serem auditados, com o objetivo de obter habilidades necessárias para a realização das ações previstas no PAINT 2018.

Cabe ressaltar que, neste momento de planejamento, o maior desafio desta Unidade de Auditoria foi a de nortear suas ações e delinear suas atividades, tendo em vista que tanto a AUDIN, como a Universidade são recém-criadas. Neste sentido, será necessário realizar visitas técnicas para visualizar os problemas comuns no universo das IES, buscar modelos e soluções para possíveis problemas encontrados.

4. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT

Na elaboração do PAINT, além da percepção dos auditores, foi considerado, também, que a Universidade Federal do Sul da Bahia, encontra-se em fase de implantação, que o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI está em construção e a Unidade de Auditoria Interna é recém-criada.

Além disso, foi considerado o recém atendimento à Instrução Normativa Conjunta nº 01, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União, de 10 de maio de 2016, a qual estabelece que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à

governança, através da Portaria 269/2017, que a UFSB institui sua Política de Gestão de Riscos e o Comitê de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança, composta pelos respectivos dirigentes: Reitora (Presidenta), Vice-Reitor, Pró-Reitora de Gestão Acadêmica, Pró-Reitor de Sustentabilidade e Integração Social, Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Pró-Reitor de Tecnologia de Informação e Comunicação e Assessor Especial de Gestão de Riscos.

Considerou-se também os programas e ações definidos em orçamento e sua materialidade, relevância e criticidade; legislação aplicável; a capacidade técnica e operacional da Auditoria Interna, inexistência de controles internos normatizados, o nível de maturidade no processo de gerenciamento de riscos, as necessidades da UFSB para 2018 e volumes de recursos e projetos, a prática de outros órgãos de controle e/ou outras instituições governamentais, em especial a Unidade de Auditoria Interna da UFABC, tendo em vista o eminente trabalho que esta vem desenvolvendo na área.

Nas horas destinadas a cada ação, está incluso o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos; coleta e análise de dados e aplicação das técnicas apropriadas; leitura e interpretação da legislação pertinente; e elaboração das solicitações de auditoria, dos registros das constatações, das notas e dos relatórios de auditoria, com os achados e as respectivas recomendações.

A AUDIN atuará conforme cronograma de atividades previstas no anexo I deste documento. Assim, na execução das atividades, os materiais coletados e/ou produzidos pela auditoria constituirão seus papéis de trabalho e subsidiarão os respectivos Relatórios de Auditoria.

5. ELABORAÇÃO DO PAINT

A Universidade Federal do Sul da Bahia se encontra em fase de implantação e construção dos planos, metas e objetivos constantes no Plano Orientador, o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está em construção e sua Unidade de Auditoria Interna foi instituída recentemente. O PAINT 2018 abrange o período de 02/01 a 21/12/2018 e prevê as ações de auditoria propostas que serão desenvolvidas em 3.600 horas de trabalho, conforme anexo I, que detalha a área, ação, origem da demanda, objetivo, escopo, local do trabalho e horas a serem alocadas na sua realização. Para o cálculo das horas necessárias para a realização das atividades da auditoria interna foram considerados os dias úteis do calendário de 2018, a quantidade de servidores a disposição com suas respectivas jornadas de trabalho, a possibilidade de afastamentos para capacitação e férias dos servidores lotados na AUDIN, conforme anexo III. Para elaboração do PAINT foram considerados os seguintes fatores:

- a. a capacidade técnica e operacional da Auditoria Interna;

- b. últimos trabalhos de auditoria do TCU e da CGU em outras instituições;
- c. o tempo disponível da equipe (estimativa homem/hora);
- d. o funcionamento do processo de controle interno na UFSB;
- e. a maturidade da gestão de riscos;
- f. prática de outros órgãos de controle e/ou outras instituições governamentais;
- g. observações efetuadas no transcorrer do exercício;
- h. as necessidades da UFSB (objetivos operacionais e administrativos da Instituição para 2018);
- i. os programas e ações definidos em orçamento e sua materialidade, relevância e criticidade;
- j. a legislação aplicável; e
- k. a eficiência dos Controles Internos existentes, principalmente, com relação a constatação de que as Normas Internas e Legislação inerente ao setor público estão sendo observadas pelos diversos setores da Universidade.

O PAINTE 2018 foi construído em conformidade com as diretrizes adotadas pela Administração Pública, especialmente no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, e suas alterações, IN CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015 e na IN nº 3, de 09 de junho de 2017, além de seguir as orientações em súmulas e jurisprudência do TCU.

A proposta do PAINTE 2018 deverá ser submetida à análise prévia do respectivo órgão de controle interno a que estiver jurisdicionada, até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução.

Segundo o art. 5º da Instrução Normativa CGU nº 24, de 24 de novembro de 2015:

Art. 4º A proposta de PAINTE deverá ser submetida à análise prévia do respectivo órgão de controle interno até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução.

Após a manifestação do órgão de controle, será encaminhado para aprovação do CONSUNI até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução. Devidamente aprovado, o PAINTE será encaminhado ao órgão de controle interno até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício a que se aplica.

5.1 Tipos de Auditorias utilizados durante a execução das atividades

Durante a execução das atividades descritas neste PAINTE, serão utilizados os seguintes tipos de auditoria no exercício de 2018:

- ✓ Auditoria Operacional: avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade; buscar auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial;
- ✓ Auditoria de avaliação da Gestão: examinar os documentos comprobatórios dos atos e fatos administrativos; verificar a eficiência dos sistemas de controle interno administrativo e contábil, o cumprimento da legislação pertinente e os resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia;
- ✓ Auditoria Compartilhada: Auditoria coordenada pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

5.2 Definição das Atividades

A AUDIN da UFSB está estruturando suas atividades baseando-se na metodologia da Auditoria Baseada em Riscos (ABR) e na visão da equipe de Auditoria Interna. Neste primeiro momento de implantação, o critério considerado, no planejamento, foi o de construir um programa voltado para uma auditoria operacional com a preocupação de conhecer os macroprocessos, os riscos inerentes, os controles internos existentes, as normas aplicadas e a maturidade no gerenciamento de riscos. Dessa maneira, os resultados advindos desse primeiro trabalho contribuirão para o conhecimento da instituição e início da construção da Matriz de Riscos que servirá de base para acompanhamento das atividades e elaboração das próximas ações da UFSB.

Somado a isso, a AUDIN pretende realizar auditoria em programas de apoio à permanência criados em observância ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e financiados por recursos do Governo Federal, bem como em Licitações e Contratos. A amostragem dos processos que serão auditados será selecionada mediante critérios de relevância, materialidade e criticidade.

6. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES, METODOLOGIA E AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018

6.1 Elaboração do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) 2017

O escopo do trabalho é a elaboração do RAINTE, em conformidade com a Instrução Normativa CGU nº 24/2015 para encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido.

Por meio do referido documento, a Auditoria Interna descreve os resultados dos trabalhos realizados, em relação ao planejamento constante do PAINTE, bem como as ações críticas ou não planejadas que exigiram atuação da AUDIN.

O RAINTE conterà, no mínimo:

- ✓ descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINTE;
- ✓ análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes;
- ✓ descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINTE, indicando sua motivação e seus resultados;
- ✓ relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINTE não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão;
- ✓ descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias;
- ✓ descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados;
- ✓ quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINTE, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor; e
- ✓ descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício.

6.2 Auditoria Baseada em Riscos (ABR)

6.2.1 Mapeamento das Atividades e dos Riscos e Avaliação dos Controles

O trabalho da auditoria interna, para o correto desempenho de suas atribuições, demanda prévio discernimento das atividades, da estrutura funcional e dos objetivos da universidade. Nesse sentido, a AUDIN, criada em 09 de agosto de 2017, obedecendo ao cronograma do PAINTE 2018, dedicar-se-á, conjuntamente com a administração, ao mapeamento dos processos internos de setores da instituição, coligindo o máximo de informações necessárias para a verificação dos riscos e dos

controles internos que se relacionem com os órgãos estudados, além de aferir o grau de maturidade do gerenciamento de riscos.

O mapeamento de processo é um mecanismo analítico de gestão e de comunicação, cujo objetivo é auxiliar na melhoria dos processos existentes ou na implantação de nova organização para estes. O seu estudo possibilita a redução de custos no desenvolvimento de produtos e serviços, a redução nas falhas de integração entre sistemas e a melhora no desempenho da organização (Villela, 2000).

O propósito do mapeamento de processos é identificar as rotinas de trabalho e desenhar o fluxo de atividades realizadas, a fim de que os envolvidos na ação possam visualizar o que fazem para atingir o objetivo de suas tarefas, seguindo uma linha lógica, pré-estabelecida e documentada. A partir disso, pode-se recomendar a implantação de mudanças que tornem o processo mais eficiente, prático e padronizado.

No contexto da auditoria, o mapeamento dos processos da universidade se mostra essencial para se obter profundo conhecimento das tarefas que compõem os processos da instituição, em termos de sua finalidade, pontos de início, entradas, saídas e influências limitadoras, bem como dos responsáveis por estas em todos os níveis. Não é de modo diverso que o Tribunal de Contas da União, em seu Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos, sugere como propósito de se entender a organização:

[...] identificar o direcionamento estratégico da organização (missão, visão, valores fundamentais); os objetivos-chaves, estratégicos e de negócios, e os macroprocessos e processos relevantes para a sua realização; as áreas, funções e atividades que concorrem de maneira relevante para a realização dos objetivos, bem como os respectivos responsáveis em todos os níveis; as medidas de desempenho (metas, indicadores-chaves de desempenho, de risco e variações aceitáveis no desempenho).

Outrossim, a noção antecipada da organização e funcionamento da universidade significa maior eficiência para o trabalho da auditoria interna e dos demais órgãos de controle interno do poder executivo federal e de controle externo – Tribunal de Contas da União, porquanto confere maior previsibilidade, segurança e celeridade para o controle dos atos internos.

Nesse sentido, já se posicionou o Tribunal de Contas da União (TCU):

A equipe de auditoria deve obter um entendimento abrangente da organização e do seu ambiente, a fim de conhecer como ela se organiza e funciona para otimizar o seu desempenho na entrega de valor público em benefício da sociedade, assim como os fatores relevantes do ambiente no qual ela busca atingir os seus objetivos e cumprir a sua missão institucional.

O mapeamento dar-se-á segundo o organograma institucional, apresentado na página 09 deste documento, onde se pode identificar as atuações da universidade em nível estratégico, tático e operacional. Dadas a escassez de tempo e a limitação de servidores disponíveis para a incumbência, o mapeamento seguirá uma ordem de execução a partir da avaliação dos controles internos, realizada por meio da aplicação de Questionário de Avaliação dos Controles Internos (QACI), que priorizará as atividades, dando preferência àquelas que apresentem maior grau de fragilidade em seus controles.

Os auditores desta unidade comunicarão previamente os diretores da necessidade de realização do mapeamento de processos e atuação, no limite de suas competências¹, junto a estes, auxiliando na elaboração do documento. Essa ação será realizada a partir de entrevistas com os servidores, de aplicação de questionários, de pesquisas no site da UFSB e de outras universidades, de técnicas de observação e inspeção, e de procedimentos analíticos. A escolha de qual procedimento adotar e a extensão de sua aplicação depende de julgamento profissional do auditor e do servidor responsável sobre o alcance e a profundidade do entendimento necessário em cada trabalho.

Entrementes, a auditoria interna, em sintonia com a jurisprudência recente do TCU² e com a nova postura propagada pela Administração Pública Federal³, trabalhará para avaliar os controles internos⁴ já adotados pela universidade, para sugerir melhorias nestes ou composição de novos, bem como para elencar riscos⁵ a que os órgãos internos estejam sujeitos na consecução de seus objetivos finais. Ao agir dessa forma, a AUDIN converge sua atuação para o novo paradigma da auditoria, a Auditoria Baseada em Riscos (ABR), com o intuito de se garantir tratamento eficaz e adequado aos riscos identificados.

A investigação dos controles internos e riscos, entretanto, será tarefa incipiente – a instituição e a auditoria foram estabelecidas recentemente -, que deverá ser aprimorada, enriquecida em um futuro próximo. Observe-se, a título ilustrativo, que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSB está em formação, a Política de Gestão de Riscos entrou em vigor em 10/05/2017, e a AUDIN foi criada em 09 de agosto de 2017. Desse modo, busca-se somente avaliar os controles e os riscos existentes, assim como o nível de percepção que os gestores já têm a respeito do tema. O

¹ A AUDIN será extremamente cautelosa para não irromper em qualquer ato de gestão, respeitando a autonomia dos setores da instituição

² Jurisprudência, Roteiro de auditoria...

³ IN 24/2015 e MP/CGU 01/2016

⁴ **Controle interno** é um processo integrado e dinâmico efetuado pela direção e pelo corpo de colaboradores, estruturado para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados: (1) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; (2) cumprimento das obrigações de accountability; (3) cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis; (4) salvaguarda dos recursos, para evitar perdas, mau uso e dano (INTOSAI, 2004)

⁵ **Risco** é o efeito da incerteza sobre os objetivos da organização (ABNT, 2009b). Abrange eventos positivos, com o potencial de agregar valor, e negativos, com o potencial de destruir valor.

produto desse trabalho será base para elaboração de Matriz de Riscos (MR) e, conseqüentemente, para a delimitação dos processos a serem auditados no PAINT 2019.

A fase de mapeamento dos processos, da avaliação dos controles internos e dos riscos será a principal ação da AUDIN, demandando a maior carga de tempo e ambos os seus servidores para a consecução da atividade, devido à complexidade que envolve o procedimento.

Ante o exposto, nota-se que, para a realização de trabalhos de auditoria propriamente ditos nos moldes exigidos pela CGU e pelo TCU, a AUDIN necessita inicialmente conhecer como a universidade se organiza e funciona para contribuir com a otimização do seu desempenho na entrega de valor público em benefício da sociedade, bem como para inteirar-se dos fatores relevantes a partir dos quais ela busca atingir os seus objetivos e cumprir sua missão institucional.

É com suporte nesse entendimento que a auditoria interna estará apta para desempenhar suas funções em plenitude, com a intenção, sobretudo, de criar as bases para as auditorias vindouras fundadas na gestão de riscos, contribuindo ainda mais na missão de agregar valor e colaborar com a efetividade da Instituição.

6.2.2 Metodologia

O trabalho da AUDIN, assentado na Auditoria Baseada em Riscos (ABR), seguirá as seguintes etapas:

6.2.2.1 Questionário de Avaliação dos Controles Internos – QACI, hierarquização e priorização das atividades

Inicialmente, a AUDIN, numa visão geral, por meio de questionário (Anexo IV) formulado com base no modelo do COSO e TCU (Questionário de Avaliação dos Controles Internos - QACI), pretende avaliar os controles internos e aferir o grau de percepção que os gestores de níveis estratégico, tático e operacional têm quanto à gestão de riscos. O resultado desse questionário, que permitirá visualizar a fragilidade dos controles internos e o conseqüente grau de risco associado a cada unidade administrativa, aliado às variáveis de materialidade, criticidade e relevância definirão a hierarquia e a ordem de priorização das ações que seguirão essa etapa.

O modelo estrutural do COSO I propõe um eixo de entendimento, avaliação e aperfeiçoamento de controles interno em cinco componentes, que serviram de base para a confecção do QACI: Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle, Informações e Comunicações e Monitoramento.

O Ambiente de Controle define o “ritmo” da organização, influenciando a consciência de controle das pessoas que nela trabalham. A Avaliação de Riscos busca identificar e analisar os riscos relevantes para a consecução dos objetivos. A Atividade de Controle visa analisar as políticas e procedimentos para assegurar que as diretrizes sejam seguidas. A Informação e Comunicação procura verificar os meios de identificação, captura e troca de informações. O Monitoramento objetiva avaliar a qualidade do desempenho dos controles internos.

O QACI pretende mensurar o grau de risco da unidade administrativa avaliada a partir da atribuição de nota, que varia de 1 a 5, a cada um dos seus 43 quesitos, discriminados conforme os componentes do COSO apresentados anteriormente. Essas notas, atribuídas pelos gestores, deverão ser convertidas em porcentagem do referencial máximo de pontuação, qual seja, 215 (43 quesitos multiplicado por 5). Em seguida, os resultados dos setores serão organizados em ordem decrescente, em que quanto maior a porcentagem, maior o grau de risco a que está sujeito o setor. Essa ordem ditará a priorização dos trabalhos, será o norte das atividades da AUDIN.

6.2.2.2 Mapeamento dos processos

Definida a sequência dos trabalhos, a AUDIN requisitará, junto aos setores da instituição, mediante solicitação de auditoria operacional, os fluxos e normativos dos processos, contribuindo, quando não os houver, para a confecção destes. Concluída essa etapa de mapeamento, a equipe de auditoria entenderá melhor as atividades desempenhadas por cada setor e a hierarquia de seus servidores e, com isso, terá subsídio para definir o plano de trabalho de identificação dos riscos e dos controles.

6.2.2.3 Identificação dos Controles Internos e dos Riscos

Em seguida, a auditoria interna aplicará questionários aos servidores, em âmbito tático e operacional, e realizará entrevistas com estes para conhecer os controles e os riscos de cada atividade. Os quesitos serão elaborados conforme diretrizes do COSO II, TCU, ISO 31000, assim como a partir da percepção dos auditores, que, nesta etapa, já terão conhecimento mais expressivo quanto aos fluxos dos processos das unidades.

Além do questionário e da entrevista, os auditores vão considerar, conforme se demonstrem melhor adaptadas ao contexto, as seguintes técnicas: teste de observância, *checklist*, *brainstorming*, fluxogramas, diagrama de causa e efeito etc.

Ainda, tendo em vista a elaboração em curso do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSB, a AUDIN adotará elementos desse documento, como a análise SWOT, para acurar o processo de identificação dos riscos.

6.2.2.4 Emissão de Recomendações e Matriz de Riscos (MR)

As informações levantadas nas etapas anteriores serão estudadas para emissão dos relatórios preliminares, com recomendações de melhorias, se necessárias, e conjugadas para construção da Matriz de Riscos (MR), responsável por identificar, medir e priorizar os riscos com o objetivo de possibilitar, no PAINT 2019, a focalização das áreas auditáveis, isto é, aquelas imprescindíveis para a operacionalidade da organização.

Por fim, a unidade de auditoria interna acompanhará a implementação das recomendações emitidas.



6.3 Elaboração do PAINT 2019

O escopo do trabalho é a elaboração do PAINT, em conformidade com a Instrução Normativa CGU nº 24/2015, para definir temas e macroprocessos a serem trabalhados em 2019. Por meio do referido documento, a Auditoria Interna planeja suas atividades, levando em consideração os planos, metas, objetivos específicos, os programas e as políticas da UFSB.

Conforme a IN nº24/2015, o PAINT deverá contemplar as ações de auditoria interna e seus objetivos, bem como as ações de desenvolvimento institucional e capacitação previstas para o fortalecimento das atividades da AUDIN, conforme detalhamento explicitado no art. 4º da IN CGU nº 24/2015.

6.4 Auditoria em programas de apoio à permanência advindos do PNAES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regido pelo Decreto n.º 7.234/10, apoia, segundo o Ministério da Educação (MEC)⁶:

[...] a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Os critérios de levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

A UFSB normatiza seu programa de apoio à permanência por meio da Resolução n.º 01/2016, que, entre outros dispositivos, se fundamenta no Decreto n.º 7.234/2010, e periodicamente lança editais com projetos voltados para esse tema e financiados com recursos do governo federal.

Conforme recomendação dada pela CGU/BA (Nota Técnica nº 2215/2017/NAC3/BA/REGIONAL/BA) e levando-se em consideração o foco que recentes auditorias do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União têm dado a projetos financiados com recursos do PNAES, a AUDIN realizará trabalho de auditoria sobre essa área, visando, principalmente:

- i) verificar se o setor responsável pela execução dos programas de apoio à permanência aplica os controles adequados para seleção e pagamento dos alunos;
- ii) avaliar se a divulgação do programa é eficiente, atingindo o público alvo do programa;
- iii) confirmar se os recursos disponíveis foram integralmente aplicados nas modalidades previstas no Decreto n.º 7.234/2010.

⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>, Acesso em 24/11/2017, às 10:32h

6.5 Auditoria em Licitações e Contratos

O ordenamento jurídico brasileiro exige processo licitatório para contratação de obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação (art. 37, XXI, da Constituição Federal). A legislação infraconstitucional regulamenta modalidades e tipos de licitação, além de abordar aspectos relacionados aos contratos administrativos que são editados após a conclusão da licitação.

A AUDIN, consoante cronograma deste PAINTE, após recomendação da CGU/BA (Nota Técnica 2215/2017/NAC3/BA/REGIONAL/BA) e da decisão conjunta da equipe de auditoria, incluirá a auditoria nos processos licitatórios e nos contratos, considerando a materialidade, a relevância e a criticidade dessa área para a instituição. O trabalho ocupar-se-á de averiguar os principais processos licitatórios realizados pela universidade, em todas as modalidades, por meio da análise documental, atentando-se para a aderência dos certames à legislação vigente e aos controles internos.

6.6 Capacitação da Equipe

Buscar de estratégias para capacitação profissional por meio de participação em treinamentos referentes aos objetos auditados, controle interno, riscos, e demais aperfeiçoamentos que se fizerem necessários para um progresso constante da equipe de auditoria no exercício de suas funções.

6.7 Ação não planejada/Auditoria Especial

A AUDIN, com fundamento nos dados da Matriz de Riscos a ser elaborada no exercício deste PAINTE, selecionará mais uma área a ser auditada. Para tanto, serão considerados, além das informações da matriz, a capacidade operacional da auditoria, que se está em fase de implantação e se debruçará, sobretudo, na atividade de mapeamento dos processos internos da instituição, como abordado no tópico 6.2.

A Auditoria Interna fornecerá, ainda, o apoio necessário à CGU e ao TCU, durante suas visitas à instituição, viabilizando o acesso às dependências e disponibilizando as instalações e infraestrutura adequadas à execução de seus trabalhos. Além disso, a AUDIN realizará o monitoramento das providências, intermediando o atendimento da UFSB às recomendações emanadas por esses Órgãos

de controle, auxiliando na identificação e no acompanhamento das providências originadas a partir de diligências, relatórios de auditoria e acórdãos emanados dos órgãos de controle interno/externo, de modo a atender às recomendações/determinações expedidas.

Outrossim, a AUDIN controlará os prazos para atendimento das solicitações imprevistas, irá apurar denúncias e atender as demandas da Ouvidoria e do SIC.

6.8 Reserva Técnica

Consiste em alocar horas para atividades de assessoramento à gestão, que contemplam a participação em reuniões com gestores e respostas por escrito a consultas formuladas, bem como para o aprimoramento dos controles, elaboração de indicadores da Auditoria Interna, monitoramento e avaliação dos trabalhos executados.

As ações de assessoramento visam diminuir a possibilidade de incorreções nos atos de gestão, por meio da orientação da AUDIN junto aos demais setores da Universidade, objetivando a formalização de fluxos e procedimentos, da adequação das rotinas de controle interno às normas vigentes, bem como do assessoramento às áreas no tocante a questões de gestão de riscos.

A AUDIN, no intuito de aprimorar os controles internos, planeja elaborar os índices e indicadores dos trabalhos realizados, acompanhar as melhorias e resultados obtidos nos fluxos auditados, bem como, monitorar os trabalhos e revisar o planejado e efetivamente realizado, incluindo metas, históricos, cronogramas.

Ressaltamos também que, eventualmente, poderá haver a necessidade de inclusão de mais ações, as quais serão avaliadas e realizadas de acordo com a disponibilidade.

6.9 Normativas e Controles Internos da Unidade de Auditoria Interna

Revisar a minuta do Regimento Interno e submeter ao CONSUNI. Estudo para elaboração do Manual de Procedimentos da Auditoria Interna. Atualizar os conhecimentos e aprimorar as técnicas para o exercício da auditoria.

Desenvolver os controles internos da AUDIN e normatizá-los, visando mitigar os riscos e otimizar os trabalhos desenvolvidos pelos servidores lotados na unidade.

6.10 Rotinas Administrativas da AUDIN

Elaborar os Programas de Auditoria para as ações previstas no PAINT/2018, a fim de padronizar os trabalhos, cadastramento e tramitação de processos, padronização dos documentos da unidade (papéis de trabalho), acompanhar o cumprimento das recomendações emitidas pela AUDIN e CGU, digitalização de processos auditados, arquivamento dos documentos do setor. Realização das demandas administrativas diárias da unidade, como: recolhimento e envio de folhas de frequência, cadastramento de processos de capacitação, solicitação de materiais de expediente, criação de chamados para solução de problemas e suporte técnico com tecnologia de informação. Leitura prévia das demandas, abertura de processos de viagens, solicitação de passagens e diárias.

Elaborar os modelos de documentos específicos para o planejamento, execução e comunicação dos resultados da AUDIN.

7. CONCLUSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS ESPERADOS

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores externos, ações não programadas, como: treinamentos, trabalhos especiais, apoio ao atendimento ao TCU, à CGU, à Reitoria, às Pró Reitorias, os Campi que compõem a UFSB.

Com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) 2018, espera-se obter um entendimento abrangente da organização e do seu ambiente, a fim de conhecer como ela se organiza e funciona para otimizar o seu desempenho na entrega de seu valor público em benefício da sociedade.

Estima-se atingir êxito quanto ao aprimoramento dos controles internos administrativos, respeitando as peculiaridades institucionais e normas aplicáveis, de modo a mitigar os riscos inerentes aos processos organizacionais, tornando-os residuais e gerenciáveis. Dentre os resultados esperados, destaca-se:

- ✓ Incremento e implantação de novas técnicas de auditoria;
- ✓ Racionalização dos trabalhos de auditoria interna;
- ✓ Análise e fortalecimento dos sistemas de controle interno administrativo;
- ✓ Identificação das deficiências que propiciem a ocorrência de riscos e, com isso, de medidas que os corrijam tempestivamente;
- ✓ Interação com a comunidade acadêmica e administrativa;
- ✓ Consolidação das funções de planejamento, desenvolvimento, organização e controle interno;
- ✓ Desenvolvimento e capacitação dos servidores;
- ✓ Adequação e distribuição da força de trabalho.
- ✓ Formalização, padronização e comunicação das rotinas e procedimentos, com o intuito de evitar problemas com questão de interpretação e aplicação, bem como aperfeiçoar a atuação dos gestores e agentes públicos

Itabuna/BA, 18 de dezembro de 2017.

Mateus Cayres de Oliveira
Auditor

Cleidinéia de Jesus Andrade
Chefe da Auditoria Interna

ANEXO I – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS – PAINT 2018

ANEXO I - AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTA E SEUS OBJETIVOS: CONFORME DETERMINA A IN CGU Nº 24 DE 17/11/2015										
Nº AÇÃO	Descrição sumária	Risco / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Local de Realização	Conhecimento Exigido	Período de Execução		
								Período	Dias	h/h
1	Elaboração do Relatório Anual de Auditoria Interna- RAIN T do exercício 2017	Risco: Impossibilitar a avaliação dos trabalhos realizados. Relevância: apresentação dos trabalhos realizados em 2017.	CGU	Apresentar os resultados dos trabalhos desenvolvidos em 2017 pela Unidade de Auditoria Interna da UFSB.	Relatar as atividades realizadas/recomendações/implementações do exercício de 2017; encaminhar ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido.	AUDIN	IN CGU Nº 24 de 17/11/2015 e suas alterações.	02/01/2018 a 28/02/2018	5	40
2	Auditoria Baseada em Riscos	Risco: Falta de Controles Internos ou Controles ineficientes, indicadores de desempenho inadequado, modelagem fluxos de processo falho ou descumprimento da legislação vigente. Relevância: Identificar, Analisar, Avaliar e Tratar os riscos, Compreensão correta dos processos setoriais da instituição, melhor desempenho dos processos, identificar os riscos inerentes dentro do processo.	CGU/AUDIN	Identificar, entender, conhecer os processos do trabalho; desenhar o fluxo das atividades realizadas, no intuito de propor melhorias. Estruturar um sistema de controle interno que enseje a identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e o desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos.	Identificar, entender, conhecer as rotinas de trabalho; desenhar o fluxo das atividades realizadas, juntamente com os executores, no intuito de propor melhorias. Identificar e hierarquizar as áreas mais vulneráveis da instituição passivas de auditoria; aplicar questionário adaptado aos componentes do COSO com o intuito de realizar o levantamento preliminar dos controles internos da PROPA, PROGEAC e PROSIS E PROTIC; identificar os controles internos, observando regularidade, formalização, normativos, segurança e confiabilidade, guarda e tramitação dos documentos ou processos gerados.	Áreas hierarquizaadas (materialidade, relevância e criticidade)	IN Conjunta CGU/Conhecer a instituição (macroprocesso/processo), ferramentas de análise de riscos: SWOT, QACI, Brainstorming, Checklist, Whorkshop, diagrama de causa e efeito, Método Bow-Tie, fluxogramas, técnicas de Mapeamento (entrevistas, questionários, reuniões,workshoops, análise documental,análise de sistemas, coleta de dados etc.).	02/01/2018 a 02/08/2018	180	1440
3	Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT para o exercício 2019.	Risco: Não planejar as atividades a serem executadas. Relevância: Programação das atividades de auditoria para o exercício de 2019.	CGU	Planejamento das Atividades e das ações da Auditoria Interna que serão desenvolvidas no ano de 2018, em conformidade com a legislação vigente.	Planejamento das Atividades de Auditoria Interna e das ações que serão desenvolvidas no ano de 2019, em conformidade com a legislação vigente; descrever o planejamento das ações previstas nas áreas de controle da gestão, orçamentária, financeira, patrimonial e recursos humanos a serem auditadas em 2019; encaminhamento ao Órgão de Controle Interno, dentro do prazo estabelecido.	AUDIN	IN CGU Nº 24 de 17/11/2015 e suas alterações.	03/09/2018 a 31/10/2018	25	200
4	Auditoria nos processos de licitações e contratos.	Risco: Inadequação dos procedimentos, má utilização dos recursos públicos, atendimento das informações necessárias descritas nos normativos. Relevância: Alta relevância, tendo em vista os riscos envolvidos e a quantidade de recurso aplicado.	CGU	Verificar o cumprimento das legislações pertinentes que envolvem toda a sistemática das contratações públicas, avaliando os controles internos dos setores envolvidos a fim de detectar impropriedades nos procedimentos levando a uma má utilização dos recursos públicos.	Verificar 5% dos principais processos licitatórios e os contratos a eles pertinentes do período de 2015 e 2016, por critérios de amostragem a serem definidos e explicitados nos autos desta auditoria, verificando a formalização e adequação à legislação vigente.	PROPA (Setor de Compras e Setor de Contratos)	legislações Pertinentes (Lei nº8.666/93 e 10.520/02)	01/08/2018 a 30/11/2017	43	344
5	Normativas e Controles Internos da Unidade de Auditoria Interna	Risco: Inadequação dos procedimentos, atendimento das informações necessárias descritas nos normativos. Relevância: Padronização documental, sistematização do planejamento de auditoria interna.	AUDIN	Desenvolver os controles internos da unidade de auditoria interna e normatizá-los, visando mitigar os riscos e otimizar os trabalhos desenvolvidos pelos servidores lotados na área.	Revisar a minuta do Regimento Interno e submeter ao CONSUNI. Estudo para elaboração do Manual de Procedimentos da Auditoria Interna. Atualizar os conhecimentos e aprimorar as técnicas para o exercício da auditoria.	AUDIN	Legislações pertinentes ao assunto da nota.	02/11/2018 a 21/12/2018	25	200

ANEXO I - AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTA E SEUS OBJETIVOS: CONFORME DETERMINA A IN CGU Nº 24 DE 17/11/2015

Nº AÇÃO	Descrição sumária	Risco / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Local de Realização	Conhecimento Exigido	Período de Execução		
								Período	Dias	h/h
6	Rotinas Administrativas da AUDIN	Risco: Planejamento inadequado das ações de auditoria durante a condução dos trabalhos, não atendimento do prazo previsto para a realização das ações. Relevância: Maior aderência ao planejamento das ações de Auditoria, melhor direcionamento dos trabalhos, cumprimento de prazos.	AUDIN	Elaboração dos Programas de Auditoria para as ações previstas no PAINI/2018, a fim de padronizar os trabalhos. Cadastramento e tramitação de processos. padronização dos documentos da unidade (papéis de trabalho). Acompanhar o cumprimento das recomendações emitidas pela AUDIN e CGU. Digitalização de processos auditados. Arquivamento de documentos do setor. Realização das demandas administrativas diárias da unidade, como recolhimento e envio de folhas de frequência, cadastramento de processos de capacitação, solicitação de materiais de expediente, criação de chamados para solução de problemas e suporte técnico com tecnologia de informação. Leitura prévia das demandas; abertura de processos de viagens, solicitação de passagens e diárias.	Demanda	AUDIN	Legislações pertinentes ao assunto da nota.	02/01/2018 a 21/12/2018	20	160
7	Reserva Técnica	Risco: Não contribuir para a melhoria contínua da gestão. Relevância: Fortalecer a AUDIN e a gestão e racionalizar as ações de controle.	AUDIN/REITORIA/OUTRAS	Atividades de Assessoramento à gestão, bem como, orientação aos diversos setores da Instituição, visando à eficiência e eficácia dos controles.	Demanda	AUDIN/REITORIA	Normas internas da Instituição e legislações pertinentes	02/01/2018 a 21/12/2018	22	176
8	Ação não planejada/Auditoria Especial	Risco: Não atender as demandas apresentadas. Relevância: Cumprimento das determinações; Fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.	REITORIA/TCU/CGU	Atender a demandas imprevistas. Cumprimento das determinações emanadas dos Órgãos de Controle e do Gabinete da Reitora da UFSB.	Controlar prazos para atendimento das solicitações imprevistas. Apurar denúncias; atender as demandas da Ouvidoria e do SIC; atender as demandas dos Órgãos de Controle.	AUDIN	Legislações pertinentes	02/01/2018 a 21/12/2018	35	280
9	Auditoria no Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES	Risco: Seleção inadequada de bolsistas; pagamento indevido de bolsas socioeconômicas Relevância: equívale aos objetivos previstos no art. 2º do Decreto n.º 7.234/10.	AUDIN/CGU	Verificar a adequação dos controles existentes quanto às ações assistenciais estudantis.	Avaliar os controles internos de 30 % dos processos de Assistência Estudantil, verificando a adequação aos normativos existentes.	PROSIS/PROPA	Legislações pertinentes	03/09/2018 a 30/11/2018	40	320
10	Capacitação e participação em eventos	Risco: Descumprimento do art. 4º, III, da IN 24/2015 – CGU: Ações de desenvolvimento institucional. Relevância: Fortalecer as atividades da AUDIN, fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.	AUDIN/CGU/MEC	Ações de desenvolvimento institucional e capacitação prevista para ampliar e tornar mais eficaz o trabalho de auditoria, bem como obter elementos de suporte para qualificar, atualizar e adequar a equipe para atendimento das ações da AUDIN.	Participação da equipe da AUDIN no FONAI-MEC; Participação dos auditores em cursos de capacitação específico, de acordo com as necessidades das atividades a serem realizadas; visitas técnicas.	A definir	Legislações pertinentes as temáticas abordadas na capacitação	02/01/2018 a 21/12/2018	55	440

ANEXO II – AÇÕES DE CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA AUDITORIA INTERNA PARA 2018

CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA AUDITORIA INTERNA PARA 2018							
Nº Ação	PARTICIPAÇÃO NO CURSO	JUS TIFICATIVA	DEMANDA	CRONOGRAMA	SERVIDORES	HORAS PREVISTAS	LOCAL DE REALIZAÇÃO
1	Fórum Nacional de Auditores Internos das Instituições Federais de Ensino - vinculados ao MEC - FONAI/MEC - 2018.	Intercâmbio com outras instituições de ensino e AUDINs; esclarecimentos de problemas; trocas de informações; atualizações comuns no universo das IFES.	CGU/MEC/FONAI Tec	Primeiro Semestre	1	36h	A definir
2	Auditoria em licitações e Contratos	Conhecimento dos métodos e técnicas necessárias para a ação de Auditoria em Licitações e Contratos, possibilitando a verificação da economicidade, legalidade e efetividade dos contratos administrativos.	CGU/AUDIN	Primeiro ou Segundo Semestre	2	64h , considerando carga horária de 32h/h	A definir
3	Auditoria Baseada em Riscos	Conhecimento da metodologia necessária para a ação de Auditoria Interna Baseada em Riscos.	CGU/AUDIN	Primeiro Semestre	2	60	A definir
4	Fórum Nacional de Auditores Internos das Instituições Federais de Ensino - vinculados ao MEC - FONAI/MEC - 2018.	Intercâmbio com outras instituições de ensino e AUDINs; esclarecimentos de problemas; trocas de informações; atualizações comuns no universo das IFES.	CGU/MEC/FONAI Tec	Segundo Semestre	1	36h	A definir
5	IX Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas.	Promover a composição e atualização de conhecimentos da Audin. Participação em palestras e oficinas.	CGU/ESAF	A definir	2	80h , considerando carga horária de 40h/h	Salvador
6	Treinamentos realizados na UFSB	Atualização de conhecimentos nas atividades de auditoria interna.	UFSB/ESAF	A definir	2	60h , considerando carga horária de 30h/h	UFSB Itabuna
7	AUDITORIA INTERNA I (ênfase em órgãos públicos)	Atualização das normas profissionais, dos procedimentos, técnicas e metodologias necessárias para o desempenho das atividades, enquanto estratégia de controle interno.	TCU/IIA	A definir	2	64h , considerando carga horária de 32h/h	Brasília
8	Capacitação através de cursos on line fornecidos por órgão reconhecidos (TCU, ENAP, ILB, ESAF, entre outros), referentes às diversas áreas de atuação da Auditoria Interna.	Participação em cursos com foco em métodos e técnicas nos conhecimentos necessários para as atividades de Auditoria Interna.	AUDIN/CGU/TCU/MEC	A definir	2	40h , considerando carga horária de 20 h/h	A definir
TOTAL DE HORAS PREVISTAS PARA CAPACITAÇÃO						440h	

ANEXO III – PLANEJAMENTO DE HORAS A SEREM TRABALHADAS EM 2018

ANEXO III: PLANEJAMENTO DE HORAS A SEREM TRABALHADAS EM 2018 - NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DA UFSB									
Servidores	Mês	Nº de Servidores	Total de Horas/mês/Servidor	Total de Horas/Mês	Controle de Férias/ Licenças				Saldo
					Período de Férias	Dias Úteis	Horas Diárias	Dias Úteis em (H)	
Cleidinea de Jesus Andrade e Mateus Cayres de Oliveira	Janeiro	2	176	352	08/01/2018 a 12/01/2018	5	8	40	312
	Fevereiro	2	144	288	-	0	8	0	288
	Março	2	160	320	-	0	8	0	320
	Abril	2	168	336	-	0	8	0	336
	Maio	2	168	336	07/05/2018 a 18/05/2018	10	8	80	256
	Junho	2	168	336	-	0	8	0	336
	Julho	2	168	336	-	0	8	0	336
	Agosto	2	184	368	-	0	8	0	368
	Setembro	2	152	304	10/09/2018 a 22/09/2018	10	8	80	224
	Outubro	2	176	352	-	0	8	0	352
	Novembro	2	160	320	05/11/2018 a 30/11/2018	19	8	152	168
	Dezembro	2	160	320	01/12/2018 a 04/12/2018	2	8	16	304
TOTAL	-		1984	3968	-	46	8	368	3600

**ANEXO IV – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS –
QACI**

ELEMENTOS A SEREM AVALIADOS		AVALIAÇÕES					OBSERVAÇÕES
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5	
1	O gestor percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						
2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura.						
3	A unidade faz com que os servidores assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.						
4	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela unidade.						
5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.						
6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais.						
7	A comunicação dentro da unidade é adequada e eficiente.						
8	Existe código formalizado de ética ou de conduta.						
9	Os servidores da unidade demonstram comprometimento com a integridade e os valores éticos.						
10	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.						
11	A quantidade de pessoal é adequada para a realização das atividades do setor						
12	Existe plano/planejamento de capacitação adequado às necessidades do setor.						
13	Os servidores do setor possuem o necessário conhecimento e treinamento para cumprir suas obrigações/atribuições.						
14	As decisões críticas são definidas no nível hierárquico adequado. Essa questão é tratada adequadamente nos regulamentos da UFSB.						
15	Este setor acompanha/monitora/auxilia/orienta as unidades relacionadas direta ou indiretamente com suas atribuições/competências.						
16	São tomadas ações corretivas quando o funcionário não age de acordo com suas responsabilidades, as atribuições do cargo que ocupam e a finalidade de seus serviços.						
17	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da unidade.						
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5	
18	Os objetivos e metas da unidade estão formalizados.						
19	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.						

20	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.						
21	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.						
22	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.						
23	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.						
24	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5	
25	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da unidade, claramente estabelecidas.						
26	A unidade dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados.						
27	As atividades de controle adotadas pela unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.						
28	São adotadas providências para garantir que na realização de procedimentos conflitantes seja observado o princípio da segregação de funções.						
29	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle.						
30	Há políticas e procedimentos para assegurar que decisões críticas sejam tomadas com aprovação adequada (nível hierárquico).						
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5	
31	A unidade obtém, gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento dos seus controles internos.						
32	A informação relevante para a unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.						
33	As informações consideradas relevantes pela unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir aos interessados a tomar as decisões adequadas.						
34	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.						
35	A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.						
36	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da unidade, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.						

37	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis.						
38	Todos os funcionários recebem informações quanto às suas tarefas e como elas impactam em outros funcionários do próprio setor ou de outros setores da UFSB.						
39	A área adota medidas quando recebe críticas ou elogios.						
Monitoramento		1	2	3	4	5	
40	O sistema de controle interno da unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.						
41	O sistema de controle interno da unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.						
42	O sistema de controle interno da unidade tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades.						
43	A unidade avalia e comunica deficiências nos controles internos em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, conforme aplicável.						
Análise Crítica e Comentários Relevantes:							
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>[1] Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da unidade.</p> <p>[2] Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da unidade, porém, em sua minoria.</p> <p>[3] Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da unidade.</p> <p>[4] Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da unidade, porém, em sua maioria.</p> <p>[5] Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da unidade.</p>							